



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

CURSO DE AGRONOMIA

SABRINA ALVES DA SILVA

**DIAGNÓSTICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA NA
REGIÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO (RS)**

ERECHIM

2016

SABRINA ALVES DA SILVA

**DIAGNÓSTICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA NA
REGIÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Bacharel em Agronomia na Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Me. Douglas Antonio Dias

ERECHIM

2016

Silva, Sabrina Alves da
Diagnóstico sobre o desenvolvimento da agroecologia na região
do Alto Uruguai-RS/Sabrina Alves da Silva. - 2016. 34 f.

Orientador: Douglas Antonio Dias
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Agronomia , Erechim, RS , 2016.

1. Introdução. 2. Metodologia. 3. Resultados e
Discussão. 4. Conclusão. 5. Referências. I. Dias, Douglas
Antonio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

SABRINA ALVES DA SILVA

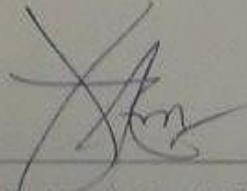
DIAGNÓSTICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA NA
REGIÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO (RS)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado com requisito para
obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

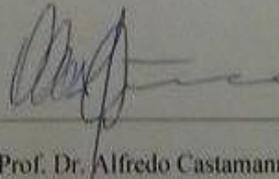
Orientador: Prof. Me. Douglas Antonio Dias

Este trabalho de conclusão de curso foi definido e aprovado em: 14/06/2016

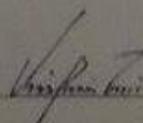
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Douglas Antonio Dias



Prof. Dr. Alfredo Castamann



Prof. Dr. Valdecir José Zonin

DIAGNÓSTICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO (RS)

Development agroecology diagnosis in Alto Uruguay region (RS)

RESUMO: A agricultura familiar tem sido responsável pela maior parte da produção de alimentos básicos para a população, contribuindo para o abastecimento urbano por meio da diversificação de suas atividades. Na região do Alto Uruguai Gaúcho, representa 90,8% das propriedades rurais e desenvolve como principais atividades agrícolas a criação de animais, a produção de grãos, as agroindústrias familiares, a fruticultura, a olericultura e o turismo rural, geralmente manejadas em conjunto na propriedade. O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP) são duas ONGs, as quais atuam como organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural, na região em estudo, promovendo o desenvolvimento de comunidades rurais baseadas nos princípios agroecológicos. Neste contexto, o objetivo deste estudo consistiu em analisar as ações realizadas pelo CAPA e pelo CETAP na região, bem como realizar um levantamento sobre o número de agricultores atendidos, as principais culturas agrícolas e seus respectivos enfoques e manejos, os produtos que possuem a certificação agroecológica, os locais e vias de comercialização e realizar um levantamento sobre a frequência e qualidade da extensão rural e da assistência técnica das ONGs. O diagnóstico das ações foi realizado através de observações e de entrevistas semiestruturadas com um profissional e seis agricultores de cada organização. Os dados coletados foram analisados e sintetizados de forma descritiva. Atualmente são atendidas 610 famílias de agricultores pelas duas ONGs, destas 110 famílias já possuem a certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia na região e fazem a comercialização de uma grande variedade de produtos produzidos dentro dos princípios agroecológicos e em conformidade com a lei da produção orgânica, os quais abastecem os mercados locais e integram outras redes de comercialização. O CAPA e o CETAP foram as entidades pioneiras em desenvolver experiências agroecológicas na região do Alto Uruguai Gaúcho e são as responsáveis pela inserção das famílias na comercialização dos produtos agroecológicos. Para a expansão da produção orgânica com base nos princípios da agroecologia, é imprescindível o desenvolvimento de mais políticas públicas para as agências prestadoras de ATER, bem como profissionais capacitados para desenvolver estas ações. Para maior aprofundamento neste tema na região, são necessárias mais pesquisas junto às ONGs.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Produção. Comercialização.

ABSTRACT: The family farming has been responsible for most basic food production to the population, contributing to the urban supply through the diversified activities. In the Alto Uruguay Gaucho region, it represents 90.8% of rural properties and develops main agricultural activities like, livestock, grain production, family agribusiness, horticulture, and rural tourism generally managed together in the farm. The Center for Support and Promotion of Agroecology (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - CAPA) and the Technology Center for Popular Alternatives (Centro de Tecnologias Alternativas e Populares - CETAP) are two ONGs, which act as Technical and Rural Extension organizations, promoting rural development based in agroecology principles. In this context, the aim of this study was to analyze the actions taken by CAPA and the

CETAP in the region, as well as carry out a survey on the number of farmers attended, the main crops and their approaches and managements, products that have agroecology certification, local and trade routes and conduct a survey on the frequency and quality of rural extension and technical assistance of ONGs. The diagnosis was carried out through observations and semi-structured interviews with a professional and six farmers of each organization. The collected data were analyzed and synthesized descriptively. Currently it is attended 610 families of farmers by two ONGs, these 110 families already have Ecovida participatory certification network in the region and sell a wide range of products produced within the agroecology principles and in accordance with the organic production law, which supply local markets and integrate other marketing networks. The CAPA and CETAP were pioneer entities in developing agroecology experiences in the Alto Uruguay Gaucho region and are responsible for the insertion of families in the agroecology products markets. To promote the expansion of organic production based on the agroecology principles, it is essential to develop more public politics for ATER agencies and trained professionals to develop these actions. For further deepening this topic in the region, more research is needed with ONGs.

Keywords: Family agriculture. Production. Market.

INTRODUÇÃO

A agricultura desempenha forte papel na economia e no desenvolvimento brasileiro e, de modo geral, cabe a essa atividade, produzir alimentos para toda a população.

A agricultura familiar, no Brasil, representa 85,2% do total dos estabelecimentos rurais. Esses agricultores possuem 35,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional e, ainda, 77% da ocupação de mão de obra no campo.

(MICHELLON et al., 2007)

A agricultura familiar caracteriza-se por uma unidade de produção agrícola em que a propriedade e o trabalho são diretamente ligados à família. Conforme Santos (2006), a Agricultura Familiar baseia-se “do entendimento de que se está tratando de uma categoria genérica, não-homogênea, que assume diferentes formas – dependendo do contexto onde está inserida, lançando mão de diversos meios para a sua reprodução”.

Com o processo de modernização da agricultura, primeiramente pensado e dirigido para os grandes latifúndios agrícolas, a Agricultura Familiar era vista como atividade residual, incompatível como o processo de desenvolvimento. Todavia, vêm-se desenrolando em uma categoria capaz de adaptação às necessidades de inovações tecnológicas, sem perder as suas características originais, como alternativas de

reprodução no meio rural, baseada na valorização dos recursos disponíveis para assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro (SANTOS, 2006).

A agricultura familiar na região do Alto Uruguai representa 90,8% das propriedades rurais, sendo um total de 19.447 propriedades. Deste número, 17.658 são de agricultores familiares e apenas 1.789 são não-familiares, demonstrando que, mesmo com o êxodo rural das últimas décadas, a região segue com um grande número de estabelecimentos familiares (SEMINOTTI, 2013).

O cultivo de espécies hortícolas e olerícolas é uma atividade emergente entre os agricultores. Antes apenas produzida para a subsistência, nos últimos anos tornou-se uma atividade comercial na região do Alto Uruguai, dada a facilidade ao acesso às políticas públicas e também a qualificação profissional, possibilitando a produção em larga escala e o abastecimento de mercados, da merenda escolar e principalmente das feiras dos produtores durante o ano todo. No entanto, um dos fatores que limitam seu crescimento é a demanda de mão de obra, pois, diferentemente das monoculturas de grãos que possuem maquinários para todas as etapas de produção, a diversificação de produção desenvolve-se em uma forma mais artesanal, com menores recursos tecnológicos para sua produção (SEMINOTTI, 2013).

A extensão rural e a assistência técnica são ferramentas fundamentais ao desenvolvimento rural sustentável, pois, exercem a função de difusoras das tecnologias geradas pela pesquisa para a comunidade rural, contribuindo com a gestão eficiente dos recursos disponíveis, com eventuais problemas específicos dos cultivos e também realizam a capacitação dos agricultores. No Brasil, as ações de extensão rural foram institucionalizadas no século XX. O termo extensão rural não é autoexplicativo, como propõe Peixoto (2008). Segundo ele, pode “ser conceituado de três formas diferentes: como *processo*, como *instituição* e como *política*”. O autor argumenta que, como *processo*, a extensão rural consiste no ato de estender ou transmitir conhecimentos como um processo educativo de comunicação, sendo técnicos ou não. Neste aspecto, diferindo conceitualmente da assistência técnica, visto que esta não tem necessariamente uma preocupação educativa de capacitação dos agricultores, mas sim de resolver problemas específicos. Devido a esse caráter educativo, o serviço de extensão rural é, geralmente, desempenhado por instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Organizações Não-Governamentais (ONGs) e cooperativas. Como *instituição* ou *organização*, a extensão rural refere-se às organizações estatais, prestadoras dos serviços de ATER. Além destes dois termos, a

extensão rural pode ser entendida como *política pública*, sendo constituída por políticas de extensão rural desenvolvidas pelos governos Federal, Estaduais e/ou Municipais, as quais também podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

Na citada região, ocorrem ações do poder público e a atuação de ONGs ligadas ao meio rural, que prestam os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para os agricultores familiares. As ações governamentais manifestam-se por meio de políticas públicas executadas pelo serviço oficial de extensão rural, pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – RS (SANTOS, 2006). A EMATER está presente na região, porém, às vezes, encontra-se pouco presente no dia-a-dia dos agricultores, pois, é extremamente dependente da orientação governamental, o que demanda e possibilita a atuação de outros agentes, como as ONGs. Estas, atreladas aos programas de desenvolvimento rural, apresentam a capacidade de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências bem sucedidas na geração e transferência de tecnologias, baseando-se no desenvolvimento de novos métodos agrícolas dentro dos princípios agroecológicos (ALTIERI, 2004).

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), são duas organizações não-governamentais que atuam nas áreas de assistência técnica e extensão rural na região do Alto Uruguai Gaúcho, promovendo o desenvolvimento de comunidades rurais baseadas nos princípios agroecológicos.

O CAPA foi criado no final dos anos 1970, e tem origem da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sua criação se justificou para solucionar os problemas do êxodo e do empobrecimento rural, inicialmente para atender as famílias luteranas das áreas rurais. Sua preocupação sempre foi com as pequenas propriedades, com a organização e a união dos agricultores familiares, bem como a divulgação de uma agricultura alternativa, buscando contribuir de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a estes agricultores e outros públicos ligados ao meio rural. Sua atuação abrange algumas regiões dos três estados da região Sul: Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (RS), com uma equipe multidisciplinar, a qual presta assessoria na organização social e política das famílias, na formação e nas diversas etapas da cadeia produtiva (CAPA, 2015).

O CETAP foi criado em 1986, construindo-se como entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, declarada como de Utilidade Pública e com Fins Filantrópicos, para

contribuir na afirmação da agricultura familiar, atuando especificadamente na construção da agricultura sustentável com base nos princípios agroecológicos. Tem atuação em algumas regiões do estado do Rio Grande do Sul (RS), possui uma equipe composta por profissionais das ciências sociais, agrárias e da educação. A ação do CETAP busca a viabilização da agricultura familiar através do uso de tecnologias ecológicas e de menor custo, que preservem a saúde das pessoas e o meio ambiente, a intervenção na cadeia produtiva desde a produção, agroindustrialização até a comercialização dos produtos, o estímulo a iniciativas em cooperação, buscando maior eficiência econômica das famílias agricultoras (CETAP, 2015).

No Brasil, a certificação da produção orgânica é obrigatória desde a instituição da Lei 10.831, em 2003 (regulamentada pelo Decreto N° 6.323/2007), a qual rege sobre a produção, a comercialização e a certificação da produção orgânica. A lei engloba como sistema orgânico, os sistemas denominados ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros. Para a realização da comercialização, os produtos orgânicos devem ser certificados por organismo reconhecido oficialmente. Os agricultores podem acessar a certificação por meio de três mecanismos: Certificação por Auditoria; Sistema Participativo de Garantia; e Controle Social na Venda Direta.

Neste contexto, os objetivos deste estudo foram analisar as ações realizadas pelo CAPA e pelo CETAP na região do Alto Uruguai Gaúcho, bem como realizar um levantamento sobre o número de agricultores atendidos, as principais culturas agrícolas e seus respectivos enfoques e manejos, os produtos que possuem a certificação agroecológica, os locais e vias de comercialização e realizar um levantamento sobre a frequência e qualidade da extensão rural e da assistência técnica das ONGs.

METODOLOGIA

A metodologia consistiu em um estudo de caso realizado na Região do Alto Uruguai Gaúcho, pertencente ao estado do Rio Grande do Sul-RS, Brasil, no qual foi realizado um acompanhamento da atuação do CAPA e do CETAP durante o período de dezembro de 2015 a maio de 2016. O diagnóstico das ações foi realizado através observações e de entrevistas semiestruturadas aplicados para um profissional e seis agricultores de cada organização.

As entrevistas com os profissionais foram realizadas no escritório de cada ONG. Com os agricultores, realizaram-se em suas propriedades, sempre em companhia dos técnicos. As entrevistas ocorreram também nas feiras de comercialização de seus produtos. Os agricultores entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, e as entrevistas ocorreram de acordo com os calendários de visitas das organizações.

Os dados coletados foram analisados e sintetizados de forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assessoria prestada pelo CAPA

A origem do CAPA está diretamente ligada à história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, cuja trajetória acompanha o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as “colônias velhas”, ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824 na Região do Vale dos Sinos. A necessidade de expandir a fronteira agrícola criou um novo fluxo de deslocamentos para outras regiões do Estado. Primeiramente em direção às “novas colônias” e mais tarde para o noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina, para onde foram “empurrados” os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do Sul se impunham como uma barreira intransponível a impedir que a nova corrente migratória para lá se dirigisse.

Nasce, então, o CAPA, com propostas alternativas de produção e consumo no mesmo momento em que explodem, na região, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais (Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Sem Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais).

Na região do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense era muito forte a atuação da IECLB junto às pastorais, movimentos sociais e sindicais, motivando a criação de um Núcleo do CAPA, visando a disseminação de práticas alternativas, econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos “pacotes” da modernização e os vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos.

Atualmente, são 300 famílias de agricultores que recebem assessoria do CAPA. Cinquenta destas famílias possuem a certificação da produção orgânica, através da Certificação Rede Ecovida de Agroecologia, e 20 estão em processo de obtenção. As famílias que possuem a certificação totalizam 15 grupos em 20 municípios. A assessoria é realizada nas áreas de produção e comercialização através de reuniões, visitas, demonstrações e experimentação, dias de partilha e construção do conhecimento, com prioridade para a produção ecológica ou em processos de conversão, para subsistência, comercialização em feiras e a adequação da conformidade orgânica.

As atividades são desenvolvidas diretamente com agricultores, associações e cooperativas nas áreas de construção e circulação do conhecimento, agroecologia e cooperação agrícola. As ações são baseadas nas capacidades e potencialidades das microrregiões, em especial dos agricultores familiares, no conhecimento acumulado, na organização e na riqueza natural e no material genético como as sementes crioulas. Estas potencialidades, aliadas às políticas públicas de apoio aos agricultores, propostas e efetivadas pelo CAPA e pelas organizações dos agricultores, têm conseguido impactos econômicos e desenvolvimento local relevantes. Além destas ações, são realizadas parcerias com escolas, universidades e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), como estratégias de conscientização da população para a busca por alimentos saudáveis.

O público prioritário da ação do CAPA é formado por agricultores familiares, procurando sempre incluir novas famílias e cooperativas. Dependendo da região, são desenvolvidas atividades junto aos assentados da reforma agrária, às comunidades quilombolas e de pescadores artesanais, indígenas, escolares, grupos de jovens e de mulheres. Sua atuação e ações são divulgadas através de imprensa escrita (jornal do CAPA), pelo site, pelo “Facebook” da entidade e também nos programas de rádios regionais.

O CAPA não foi criado para substituir o Estado, mas, para criar algumas referências, mostrar que é possível ter um outro modelo de desenvolvimento que melhore a qualidade de vida no campo e na cidade, seu campo de atuação é assessoria agroecológica e educação popular, buscando influenciar em mudanças nos padrões de produção e de consumo, com a aproximação entre quem consome e quem produz, na perspectiva de um consumo mais consciente.

Assessoria prestada pelo CETAP

A atuação deste órgão na Região do Alto Uruguai foi impulsionada pela atuação dos Movimentos Sociais ligados à Via Campesina, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores familiares e a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (FETRAF), devido ao interesse de alguns agricultores em trabalhar com base nos princípios da Agroecologia. No ano de 2001, iniciou os trabalhos com os sindicatos na Região do Alto Uruguai, desenvolvendo experiências agroecológicas com os agricultores, as quais foram sendo ampliadas para os demais interessados. Hoje são atendidas 120 famílias de agricultores em 10 (dez) municípios, sendo eles: Três Arroios, Severiano de Almeida, Mariano Moro, Marcelino Ramos, Aratiba, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul, Barão de Cotegipe, Cruzaltense e Erechim.

Das 120 famílias atendidas, 60 possuem a certificação orgânica através da certificação participativa, e 20 estão em processo de obtenção. As ações da organização com as famílias atendidas consistem em valorizar e estender o conhecimento das famílias, através de dinâmicas coletivas de troca de experiências entre os agricultores, reuniões com os grupos para o planejamento das atividades, oficinas de produção de insumos e encontros regionais. O CETAP sempre orientou-se na valorização da agricultura familiar, bem como a preservação dos valores e dos costumes tradicionais das comunidades e desenvolve trabalhos com aproveitamento de frutas nativas, reprodução de sementes crioulas e de abelhas nativas.

Conforme análise da entidade, a qualidade da assistência técnica e da extensão rural prestadas pela mesma, ainda é insuficiente para atender toda a região do Alto Uruguai, pois, atualmente, a organização possui poucos recursos para a contratação de mais profissionais para a prestação destes serviços e atende um grande número de famílias. Com a criação da Lei da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), o Governo Federal passou a liberar recursos para as organizações, através das chamadas públicas, pelas quais foi possível atender mais 190 famílias e aumentar a equipe técnica da organização.

O público prioritário do CETAP são os agricultores familiares interessados na produção com base nos princípios da agroecologia. As famílias interessadas em produzir e comercializar os produtos de acordo com este sistema, podem procurar a entidade para que a mesma faça o acompanhamento técnico. Devido ao caráter filantrópico e sem fins lucrativos desta ONG, esta dispõe, atualmente, de poucos

recursos para o aumento da equipe técnica. Por conta disso, as ações do CETAP são poucas divulgadas na região, visto que, já atendem um grande número de famílias.

Observou-se, neste estudo, que o CAPA e o CETAP assessoram as famílias desde a produção até a comercialização dos produtos, contribuindo para a criação e organização das cooperativas, das associações e das feiras, corroborando com o estudo de Corá et al. (2011), onde afirmaram que uma possibilidade de comercialização dos produtos dos agricultores familiares são as redes construídas pelos próprios produtores, como as cooperativas, as associações, mercados dos produtores e as feiras livres.

Notou-se também, que a preocupação do CAPA e do CETAP sempre foi com os agricultores familiares e com a divulgação de uma agricultura alternativa, ações que demonstram consonância com a afirmação de que,

“ONGs, movimentos sociais e demais agentes ligados ao meio rural apresentam alternativas para a viabilização da agricultura familiar dentro do contexto do desenvolvimento sustentável tendo como pressuposto as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.”

(BADALOTTI, 2003)

Verificou-se que a assessoria é realizada nas áreas de produção e comercialização através de reuniões, visitas, demonstrações e experimentação, dias de partilha e construção do conhecimento, com prioridade para a produção ecológica ou em processos de conversão para a subsistência, comercialização e a adequação da conformidade orgânica, conforme estudo e técnicas propostas por Altieri,

“Acredita-se que as estratégias baseadas na participação, capacidades e recursos locais aumentem a produtividade enquanto conservam as bases dos recursos. O conhecimento local dos agricultores sobre o ambiente, plantas, solos e processos ecológicos possui uma grande importância nesse novo paradigma agroecológico.”

(ALTIERI, 2004).

A comercialização dos produtos certificados dos agricultores assessorados pelo CETAP é realizada em diferentes mercados, tais como: instituições públicas, projetos de governo, feiras e supermercados, através da organização das vendas pelo “Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia”, o qual foi criado em 2006 pela Rede Ecovida. Isto demonstra, conforme pesquisa realizada por Kunzer & Wizniewsky (2009), que: “os agricultores familiares podem estar inseridos nos processos globais/hegemônicos de produção/circulação [...] coordenados por agentes

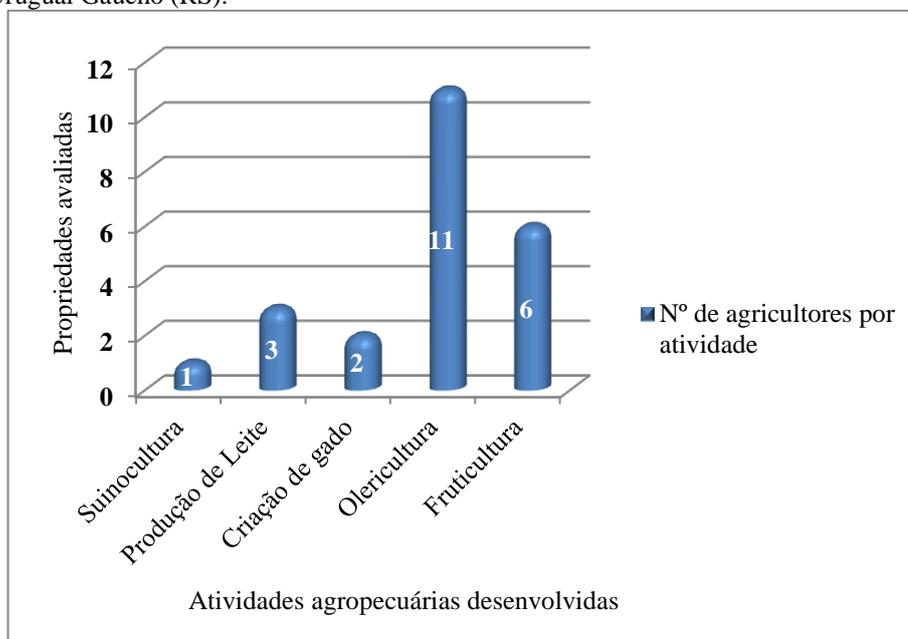
locais ou coordenando seu próprio mercado através de diferentes mecanismos e de ações coletivas.”

O CAPA e o CETAP integram a Rede Ecovida de Agroecologia e obtêm a certificação participativa de conformidade orgânica para a comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores, formando o núcleo “Alto Uruguai” de certificação orgânica na região do Alto Uruguai Gaúcho.

Entrevistas com os agricultores

A maioria dos agricultores entrevistados possuem mais de uma atividade agropecuária na propriedade, geralmente integram a produção de olerícolas e frutíferas, produção animal (suínos, aves e bovinocultura de leite e/ou corte) e grãos, como demonstrado abaixo no Gráfico 1, demonstrando significativos policultivos, confirmando as afirmações de que a diversificação de espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas, a integração de culturas com a pecuária, e a otimização das interações contribuem para a produtividade do sistema agrícola como um todo (ALTIERI, 2012).

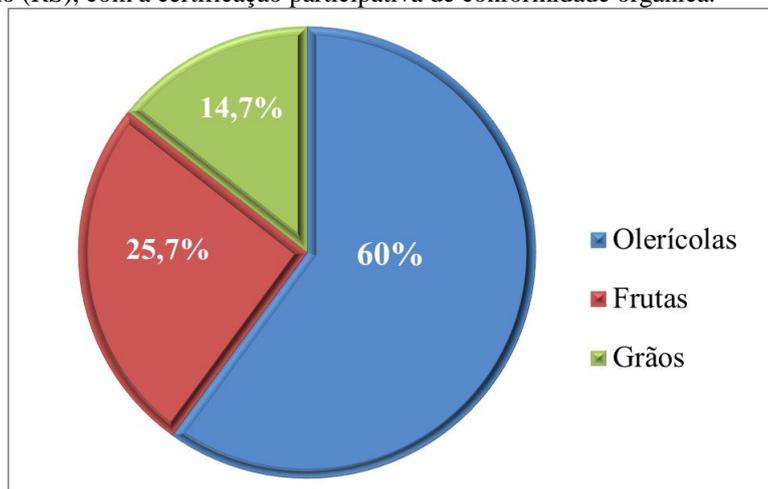
Gráfico 1: Atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores entrevistados da região do Alto Uruguai Gaúcho (RS).



A olericultura e a fruticultura são as atividades certificadas como orgânicas, incluindo alguns grãos, como o feijão, o arroz, o girassol e o amendoim. Como

hortícolas e olerícolas foram encontradas as culturas de alface, almeirão, beterraba, cenoura, tomate, moranga, batata-doce, cebola, etc., e, como frutíferas, as culturas de citros, banana, abacate, mamão, abacaxi, etc. O Gráfico 2 demonstra a porcentagem de cultivos olerícolas, frutíferas e grãos na região estudada.

Gráfico 2: Produtos agroecológicos comercializados pelos agricultores da Região do Alto Uruguai Gaúcho (RS), com a certificação participativa de conformidade orgânica.



A produção de animais e de grãos é tanto para a subsistência como para a comercialização. A área destinada para a produção orgânica está em torno de 2 ha por propriedade, variando de acordo com os produtos produzidos e da mão de obra disponível na família. Esta pequena área se restringe ao fato de a produção de olerícolas e frutíferas serem atividades bastante artesanais e que possuem poucas tecnologias associadas. Percebeu-se também, durante o estudo, que alguns jovens estão permanecendo no meio rural, auxiliando a família na produção dos produtos orgânicos e, nestes casos, a quantidade produzida é maior.

Os produtores assessorados pelo CAPA abastecem as feiras da região, vendem de “porta em porta”, acessam os programas do Governo Federal: Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PAA e PNAE), respectivamente. Produz-se uma grande variedade de culturas hortícolas e olerícolas. As famílias, de forma geral, não possuem apenas a horta como principal renda, tendo outras atividades como a produção de leite e suínos, porém, a feira pode representar a maior parte da renda. Algumas famílias possuem só a horta, devido a pouca área de terra disponível, retirando 100% de sua renda desta atividade e estão muito satisfeitas com a produção orgânica, com a renda obtida e a não utilização de agrotóxicos.

Os agricultores assessorados pelo CETAP integram a rede “Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia” e comercializam hortícolas, olerícolas e frutíferas. A venda através desta rede integra vários estados do Brasil, os quais vendem os produtos orgânicos de forma coletiva, proporcionando um intercâmbio entre os agricultores para o abastecimento de feiras e mercados. A produção da rede é planejada de forma escalonada para obtenção dos mesmos produtos o ano inteiro. O CETAP, com as demais organizações, planeja todas as atividades, como a quantidade e o tipo de produto que está demandando e realiza o planejamento com os agricultores. Alguns produtores assistidos pelo CETAP também integram as feiras da região com a produção de hortifrutigranjeiros. Os produtos mais perecíveis abastecem os mercados locais.

Os métodos de manejo das culturas consistem na utilização de adubos orgânicos (esterco bovino, suíno e aves; compostagem; produção de húmus de minhoca), pó-de-rocha, fazendo a rotação de culturas nos canteiros, além da utilização de cobertura verde e cobertura morta. Utilizam as caldas (sulfocálcica e bordalesa) e outros produtos caseiros, como a diluição de urina de vaca e de leite. Também fazem uso dos produtos comerciais: óleo de nim, super magro (biofertilizante foliar), azamax (inseticida natural), dipel (baculovírus), quando necessário. Os insumos produzidos pela indústria como o óleo de nim, o super magro e outros que são comercializados, são adquiridos pelas ONGs e repassados aos agricultores a preço de custo, viabilizando sua utilização devido a um melhor custo-benefício em relação ao preço oferecido pelas agropecuárias. A relação das práticas agroecológicas identificadas encontram-se representadas na tabela 1.

Tabela 1: Práticas agrícolas utilizadas pelos agricultores para o manejo do cultivo agroecológico, na região do Alto Uruguai Gaúcho (RS).

Práticas Agrícolas	Quantidade (%)
Compostagem	50,0
Adubos orgânicos	83,3
Cobertura verde	41,6
Cobertura morta	41,6
Caldas e biofertilizantes	91,6

Outros produtos comerciais	75,0
Rotação de culturas	66,6
Preparações caseiras	25,0

Sobre as práticas agroecológicas identificadas, o trabalho das ONGs e seus técnicos, o discernimento levado aos agricultores familiares através da ferramenta extensionismo rural, as mesmas confluem com as práticas agroecológicas de cultivo orgânico. Conforme afirma Altieri (2004), a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda da natureza dos agroecossistemas. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e a avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

O material genético para a produção é em partes reproduzido pelos próprios agricultores, como as sementes de milho e de feijão e, partes adquiridas de terceiros, como as sementes de hortaliças e olerícolas. Ocorre também a troca de sementes entre os agricultores e a aquisição de mudas para facilitar a produção.

Quanto as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias para a produção orgânica, foram elencadas a falta de mão de obra, visto que são atividades que requerem maior demanda de trabalho artesanal, bem como em relação ao manejo de pragas e doenças e a variação das condições climáticas. As famílias pretendem continuar com a produção orgânica, almejam aumentar a produção e a diversidade de produtos, analisam que o mercado dos produtos orgânicos está crescendo cada vez mais devido à conscientização da população em relação à alimentação saudável, livre de resíduos de agrotóxicos.

Quando questionados sobre o que levou a iniciarem a produção com base nos princípios agroecológicos, relataram que fora devido à busca por uma renda semanal ou mensal, o consumo e a venda de alimentos saudáveis, a pouca área de terra que possuem, a qual impossibilita o manejo de outras culturas como grãos, a não utilização de agrotóxicos e à exposição e intoxicação por estes produtos, foram os principais problemas relatados, especialmente pelas famílias que produziam a cultura do tabaco.

Em relação a qualidade da extensão e da assistência técnica prestadas pelas ONGs, todos os agricultores entrevistados afirmaram ser de boa qualidade, que as entidades têm comprometimento com a produção agroecológica e que foram as únicas

organizações que estimularam e deram base para iniciarem a produção com base nos princípios agroecológicos.

CONCLUSÕES

Neste estudo, conclui-se que as ações do CAPA e do CETAP foram fundamentais para o desenvolvimento da agroecologia na região do Alto Uruguai Gaúcho. Práticas agroecológicas contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar, para a preservação os recursos naturais e para a valorização da produção e os saberes das comunidades rurais. No total, são atendidas 610 famílias de agricultores pelas duas ONGs e, destas, 110 famílias já possuem a certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia na região do Alto Uruguai Gaúcho, as quais abastecem os mercados locais e integram outras redes de comercialização. As certificações de produção orgânica com base nos princípios agroecológicos servem como testemunho de viabilidade social, econômica e ambiental para a agricultura familiar. Todavia, sua expansão pode ser limitada devido à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), recentemente, pelo Governo Federal, gerando uma preocupação com os impactos do direcionamento das políticas públicas essenciais para o país. Para maior aprofundamento deste tema na região estuda, são necessárias mais pesquisas junto às ONGs.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 110 p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400 p.

BADALOTTI, R. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense: o papel da APACO** (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. 2003. 387 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84725/191772.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 13 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto N° 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 22 maio. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 22 mai. 2016.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA (CAPA). Disponível em: <<http://capa.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS E POPULARES (CETAP). Disponível em: <<http://www.cetap.org.br/site/>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

CORÁ, M. et al. Análise socioeconômica da associação de feirantes do município de Realeza-PR. **Revista Synergismus scyentifica**. UTFPR, Pato Branco, v. 6, n. 1, 2011.

KUNZLER, E.; WIZNIEWSKY, C. A agricultura familiar e a sustentabilidade como alternativa de reprodução social. In: Encontros de grupos de pesquisa, 4. 2009 UFSM. **Olhares sobre o processo investigativo**. UFSM.

MICHELLON, E. et al. Feira do Produtor e os entraves à sua organização e à comercialização o caso de Paiçandu. In: Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: [s.n.], 2007. p. 1-18.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Textos para discussão 48. Brasília: Senado Federal, 2008. 50 p.

SANTOS, J. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89160>>. Acesso em: 13 out. 2015.

SEMINOTTI, J. **Os agricultores familiares e a representação política do SUTRAF na região Alto Uruguai do RS.** 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: < <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31781/R%20-%20T%20-%20JONAS%20JOSE%20SEMINOTTI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 out. 2015.

ANEXO

Normas para publicação na REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA

1. Normas Gerais para Submissão.

A Revista Brasileira de Agroecologia (RBA), como qualquer periódico científico, não tolera qualquer forma de plágio (total, parcial ou conceitual). No caso de identificação de plágio, os autores plagiados serão informados e os autores do plágio serão bloqueados.

SÃO PERMITIDOS NO MÁXIMO 4 (QUATRO) COAUTORES. Para um maior número de (coautores), será preciso encaminhar ao editor-chefe uma justificativa. Deverá ser enviada a RBA a concordância dos coautores em arquivo suplementar com a submissão.

Os autores devem cadastrar-se no site (<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/user/register>) e submeter a contribuição (em inglês, português ou espanhol), eletronicamente, através do endereço: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/about/submissions#onlineSubmissions>.

O nome do autor deve ser removido das propriedades do documento (acessíveis em "Propriedades do documento", opção do menu "Arquivo" do MS Word e OpenOffice.org 1.0 Writer). A identificação da autoria dar-se-á através do cadastro, etapa anterior e necessária para a submissão. O autor deverá, portanto, preenchê-lo de maneira cuidadosa, respeitando os campos de preenchimento de titulação e afiliação institucional (a que instituição pertence). Outras informações poderão ser submetidas no campo de preenchimento chamado Comentários ao Editor, no momento da submissão da contribuição.

Todos os manuscritos devem ser escritos na língua portuguesa, ou em espanhola ou em inglesa, com redação correta e revisada. Erros de concordância, gramática, ortografia, entre outros, podem conduzir a interpretações equivocadas e serem igualmente razões de rejeição do manuscrito. A responsabilidade da boa escrita e revisão da língua é dos autores.

O aceite do manuscrito na fase de avaliação não é a garantia de sua publicação. Durante as etapas de edição e layout o manuscrito poderá ainda ser rejeitado caso seja identificado falhas graves (como plágio) ou se os autores não atenderem às exigências dos editores, incluindo-se os prazos previamente estabelecidos.

A submissão e publicação de manuscritos na RBA ainda serão realizadas sem custos para os autores e é de acesso livre aos leitores.

2.CATEGORIA DE MANUSCRITOS

2.1 CATEGORIA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E ENSAIOS TEÓRICOS

- Tamanho: No máximo 20 páginas.

- Título: Este item deve ser atraente e conciso. Pode conter a resposta da pergunta da pesquisa ou pode conter a pergunta da resposta encontrada. Deve estar diretamente relacionado com o objetivo do trabalho.

- Resumo: Deve-se aqui descrever: breve informação sobre principal tema e sua importância para a agroecologia; objetivo geral; breve informação sobre metodologia aplicada; breve informação sobre os principais resultados encontrados; breve informação sobre a conclusão alcançada. Neste item não é permitido nenhum tipo de citação bibliográfica.

- Introdução: Deve-se demonstrar: a motivação ou o propósito da pesquisa realizada; demonstrar principal cenário temático de onde surgiram as perguntas da pesquisa e para onde pretende-se direcionar à discussão; quais lacunas o estudo pretende preencher, e incluir aspectos básicos históricos do tema abordado.

- Metodologia: Deve iniciar pela descrição geral das condições de realização da pesquisa/estudo/levantamento. Incluir local de estudo, com respectivas coordenadas geográficas, características climáticas, de solo, da vegetação local quando for o caso. Providencie toda informação necessária para permitir que haja replicação da pesquisa realizada ou que caracterize claramente a população amostral/cenário de estudo e levantamento de dados. Deve-se proceder à descrição sucinta do desenho experimental, dos procedimentos de amostragem, dos motivos e formas de escolha das unidades amostrais, do local, época e período de coleta de dados, em dados oriundos de experimentos/ensaios e levantamentos. Procedimentos estatísticos e análise de dados, sempre que cabíveis devem ser descritos ao final da metodologia. Deve-se apresentar modelos e versões de equipamentos utilizados, do instrumental na coleta de dados e dos softwares empregados, bem como os autores dos métodos utilizados, quando for o caso. A redação deve se dar no passado em voz passiva.

- Resultados e Discussão ou Desenvolvimento: Os resultados devem ser apresentados no início do item descrevendo-os de forma concisa, na mesma ordem de apresentação dos métodos de coleta descritos na metodologia. Apresente apenas resultados importantes para procedimento das análises realizadas e apenas aqueles que tenham seus métodos descritos anteriormente no item metodologia. Enfatize apenas os resultados relevantes que darão fundamentos para as conclusões e que estão relacionados com o objetivo e consequentemente com o título. Descreva-os em ordem lógica, use Figura OU Tabela sobre um determinado resultado, mencionando-as no corpo do texto de forma correta - em conexão com o que está sendo explicado. Fazer conexões entre os parágrafos que descrevem os resultados com as explicações teóricas sobre o assunto.

Apresente os resultados fornecendo reflexão necessária, ao discutir foque apenas nos aspectos de reflexão que os dados realmente sustentam. Apresente reflexão em conexão com dados e reflexões de outros autores sobre o tema. Faça a interpretação dos dados apontando as implicações dos mesmos para o alcance do objetivo e em relação ao tema. Demonstre as relações e a importância para a área do tema de interesse ao qual a pesquisa está focada.

- Conclusões/Considerações finais: Devem ser fundamentadas apenas nos resultados relevantes dando subsídio para o alcance do objetivo, não havendo discussão. Deve expressar os principais alcances de forma clara e concisa em base aos dados da pesquisa/estudo/levantamento e não de especulações para além do trabalho realizado. Tenha em mente a contribuição ao tema específico do estudo para a ciência da Agroecologia. Redigir a conclusão no tempo presente. Deve conter no máximo 1000 caracteres, em parágrafo único.

- Agradecimentos: Deve ser listado todo tipo de apoio financeiro, técnico ou humano utilizado para a realização do estudo

2.2 CATEGORIA NOTAS AGROECOLÓGICAS

É um comunicado de no máximo 10 páginas. Deve apresentar os seguintes tópicos: TÍTULO, Resumo (400 caracteres), Abstract (400 caracteres) e REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. Não deve conter subdivisões no corpo do texto para os demais elementos (INTRODUÇÃO, OBJETIVOS, METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO E CONCLUSÕES). Pode conter no máximo dois componentes de dados empíricos e/ou analisados (Tabelas e ou Figuras); porém inclusas no total de páginas. A Nota Agroecológica é um trabalho completo, porém, pela natureza da pesquisa/estudo não apresenta dados quantitativos ou qualitativos suficientemente robustos para configurar artigo científico completo, no sentido de suportar uma discussão profunda e/ou de atender com rigor às hipóteses ou perguntas levantadas na problematização. Não se considera como nota o manuscrito apresentado na forma de pesquisa/estudo em andamento. Serão publicadas até 2 (duas) notas agroecológicas por número.

2.3 CATEGORIA CARTA AO EDITOR

Texto único produzido pelo leitor. Deve ser composto por análise, reflexão, questões ou críticas sobre a revista, tópicos publicados (respeitada a ética e legalidade). Estará submetido à política da RBA pela avaliação do corpo de editores.

2.4 CATEGORIA REVISÃO

Autor convidado sobre um tópico de relevância para conhecimento agroecológico. Estrutura livre. Limite máximo de 25 páginas, incluindo componentes de dados (Tabelas e Figuras) e as Referências Bibliográficas.

2.5 CATEGORIA RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Deve ser composto pela transcrição fiel do resumo/abstract da respectiva tese/dissertação finalizada na biblioteca da Instituição. Estará submetido à política da RBA.

3. DIAGRAMAÇÃO PARA TODAS CATEGORIAS DE MANUSCRITOS

3.1 Título: Em letras maiúsculas em negrito, justificado. Logo abaixo descrever título em inglês sem negrito (em letras minúsculas), apenas com primeira letra maiúscula. Espaçamento simples.

3.2 Resumo: Deverá conter no máximo 1000 caracteres. Espaçamento simples.

3.3 Palavras-chave: Serão permitidas até quatro palavras-chave que não estejam repetidas no título. Devem ser alocadas logo abaixo do resumo.

3.4 Abstract: Deve seguir a mesma diagramação do resumo, com 1000 caracteres, espaçamento simples, sendo elaborado no idioma inglês americano, seguido das respectivas palavras-chave (Keywords). Torna-se de fundamental comprometimento dos autores proceder à revisão do idioma por profissional capacitado, evitando erros de tradução e má qualidade do texto. Quando o manuscrito for escrito em inglês, deverá então apresentar inicialmente a versão do resumo em inglês, seguido da versão em português. Quando for escrito em espanhol, deverá apresentar inicialmente a versão do resumo em espanhol, seguido do resumo em inglês.

3.5 Espaçamento: 1,5cm em todo corpo do texto incluindo legendas e citações, exceto quando especificado, como no caso do resumo, Tabelas, Figuras e referências bibliográficas.

3.6 Fonte/formato do documento principal: Times New Roman, tamanho 12, formato justificado.

3.7 Sublinhado/itálico: Não será permitida a utilização destes realces. No entanto, o realce em Itálico é obrigatório para todos os nomes científicos, devidamente formatados.

3.8 Palavras de outra origem: Palavras que não sejam de origem portuguesa devem ser apresentadas entre aspas.

3.9 Notas de rodapé: Não são permitidas.

3.10 Unidades: Deverá ser de acordo com o Sistema Internacional de Unidades (SI). Sempre informá-las na descrição das Tabelas e Figuras.

3.11 Estatística: Sempre informar o tipo de análise realizada e o nível de probabilidade em que se fundamentou a análise. Faça a citação e a correspondente referência do ano e da versão do programa utilizado, bem como dos respectivos autores.

3.12 Sites: Fique atento/a à validade dos links utilizados nos manuscritos, em especial aqueles apresentados nas referências bibliográficas. Manuscritos que façam referência a links inexistentes serão desconsiderados.

3.13 Itens/subitens: Utilize itens e subitens sem negritos ou itálicos. Os ITENS principais devem ter todas as letras capsuladas e Subitens devem ter a primeira letra capsulada. Faça a divisão dos assuntos abordados dentro do corpo do texto e utilize Subitens para os títulos dos subtemas, como por exemplo, os diferentes tópicos da METODOLOGIA, dos RESULTADOS E DISCUSSÃO. O item e o subitem devem aparecer numa linha única, sem acompanhamento do corpo do texto. Não os enumere. Não utilize subdivisões no item INTRODUÇÃO.

3.14 Citação de literatura: Quando citar literatura no texto, diretamente em referência aos autores, utilizar o último sobrenome apenas com a primeira letra maiúscula e ano entre parênteses. Quando houver 2 autores cite o último sobrenome de ambos, quando

mais de dois autores cite apenas o último sobrenome do primeiro autor seguido de et al. (sem itálico) e do ano entre parênteses. Quando em referência indireta, proceda a mesma orientação, mas abrangendo o sobrenome do/s autor/es entre parênteses e letras em maiúsculo.

Exemplos:

- De acordo com Vicente e Rodrigues (2003)
- Donazzolo et al. (2001)
- (VICENTE e RODRIGUES, 2003)

Quando houver mais de uma citação atentar para utilização de ponto e vírgula para sua separação (ANDERSON, 1989; BELL, 1992; WARE, 1993). Se houver citação de autores com coincidência de sobrenome e data, diferencie-os pelas iniciais, exemplo: Ferreira G. (1993), Ferreira L. (1993).

Havendo duas ou mais obras citadas referentes ao mesmo autor com o mesmo ano, deve-se indicar após a menção do ano a letra "a" para a primeira citação e a letra "b" para a segunda citação, e assim por diante. Tal procedimento deverá ser seguido também no momento de proceder à listagem das referências bibliográficas. Ex.: Pilgro (1983a) ou (PILGRO, 1983a); Pilgro (1983b) ou (PILGRO, 1983b).

No caso da necessidade da reprodução de parte do texto na íntegra, esta deverá ser descrita entre aspas, com recuo de 5cm à direita, parágrafo simples, justificado, fonte número 10, tendo no máximo cinco (05) linhas. O/s autor/es deverá/rão ser citado/s na próxima linha abaixo da referida citação, em recuo à direita.

Não serão aceitas citações de outras citações (exemplo: VICENTE apud RODRIGUES, 2003). Deve-se acessar a obra primária.

3.15 Referências bibliográficas: Faça a listagem apenas de referências bibliográficas que foram citadas no texto. Faça conferência minuciosa da relação de referências citadas e das listadas e vice e versa. Manuscritos que apresentem irregularidades neste quesito serão desconsiderados. A listagem das referências deve seguir rigorosamente as normas sugeridas pela revista. As referências deverão ser listadas em ordem alfabética no final do manuscrito após os agradecimentos. Devem estar ordenadas primariamente de acordo com o sobrenome do primeiro autor, e secundariamente pela data da publicação.

3.16 Extensão do documento principal: Microsoft Word 97/2000/XP/2010 (.doc/.docx), OpenOffice.org Text Document (.sxw ou .odt) ou em Rich Text Format (.rtf)

3.17 Tamanho/Margens: Tamanho do papel A4 com 2,5 cm para margens superior e inferior e 3,0 cm para as margens direita e esquerda.

4. TABELAS, FIGURAS e EQUAÇÕES e Material suplementar:

Estes elementos devem aparecer no manuscrito ao longo do texto no local desejado, logo após sua primeira citação e devem apresentar seus respectivos títulos. Porém, é necessário que esses elementos sejam submetidos, individualmente, como documento suplementar no sistema de submissão (em formatos .jpg), desprovidos de título. Para cada um desses elementos enviar um arquivo distinto.

4.1 Tabelas

Use fonte Times New Roman tamanho número 10, em espaçamento simples para o título da Tabela e descrição dos dados no seu interior (Ex. Tabela 1. Descrição de.....). O título deve estar localizado na parte superior da Tabela. Em caso de dados provenientes de análise estatística, verifique se todas as análises estão presentes e se houver comparação de médias, certifique-se de que haja referência à mesma e seus indicadores de significância. Apresente a legenda completa descrevendo as unidades e as categorias de dados, sem negritos ou itálicos, localizada na parte superior da Tabela, com sua numeração seguida de ponto. Não apresente Tabelas e Gráficos com o mesmo conteúdo, pois os Gráficos serão sempre preferidos às Tabelas. Certifique-se de que a Tabela seja autoexplicativa em todos os mínimos detalhes. A numeração das Tabelas deve se dar de forma contínua em algarismos arábicos.

Todas as Tabelas também deverão ser submetidas como arquivo complementar diretamente no sistema no formato .jpg com 500 dpi com peso máximo de 700kb. Certifique-se de que haja qualidade gráfica suficiente para leitura da mesma. As Tabelas devem apresentar apenas linhas horizontais e nenhuma linha lateral (vertical). Toda a tabela deve estar ausente de qualquer tipo de preenchimento/sombreamento, estando em coloração branca.

4.2 Figuras

Use fonte Times New Roman tamanho número 10, em espaçamento simples para o título da Figura e descrição dos dados no seu interior (Ex. Figura 1. Descrição de.....). O título da Figura deve estar localizado na parte inferior da Figura e sua numeração seguida de ponto. Apresente a legenda completa descrevendo as unidades e as categorias de dados, sem negritos ou itálicos. Não apresente Figuras e Tabelas com o mesmo conteúdo. Certifique-se de que a Figura seja auto explicativa em todos os mínimos detalhes. Certifique-se de que a Figura esteja legível e realmente seja necessária para representar seu objetivo em questão. A numeração das Figuras deve se dar de forma contínua em algarismos arábicos. As Figuras devem aparecer no corpo do texto no local logo após o parágrafo de sua citação. Além disso, todas as figuras também deverão ser submetidas como arquivo complementar diretamente no sistema, desprovidas de título. Certifique-se de que haja qualidade gráfica suficiente para leitura da mesma tendo no mínimo 500 dpi, com limite de 700 Kb.

4.3 Equações /símbolos: Use a ferramenta de inserção de equação oferecida pelo sistema de edição que está sendo utilizado de acordo com os formatos permitidos pela RBA. Não insira equações soltas sem inserção da ferramenta adequada, caso contrário não serão consideradas devido à probabilidade de eventuais erros na formatação posterior. Além disso, todas as equações também deverão ser submetidas como arquivo complementar diretamente no sistema, desprovidas de título. Certifique-se de que haja qualidade gráfica suficiente para leitura da mesma tendo no mínimo 500 dpi, com limite de 700 Kb.

4.4 Declaração de anuência dos autores:

Os manuscritos com um ou mais coautores devem submeter carta de anuência de todos os coautores como arquivo suplementar, em documento único, formato pdf. Serão aceitas tanto cartas de anuência assinadas e digitalizadas, quanto a cópia dos e-mails de anuência que os coautores enviaram para o autor.

5. TÓPICOS GERAIS

5.1 Figuras e Tabelas: Dentro deste tópico serão aceitos no máximo quatro itens compreendendo Figuras e Tabelas. Por este motivo, escolha sabiamente qual a melhor forma de expressar os seus dados para sejam representados de maneira mais nítida possível, escolhendo entre uma forma e/ou outra de acordo com o tipo de dado utilizado. Caso o manuscrito necessite de maior número, deve ser solicitado ao Editor com justificativa.

5.2 Nomes dos autores: O nome dos autores deve ser removido tanto do corpo do texto, quando das propriedades do documento (acessíveis em "Propriedades do documento", opção do menu "Arquivo" do MS Word e OpenOffice.org 1.0 Writer). A identificação da autoria dar-se-á através do cadastro, etapa anterior e necessária para a submissão. O autor deverá, portanto, preenchê-lo de maneira cuidadosa, respeitando os campos de preenchimento de titulação e afiliação institucional (a qual instituição pertence).

5.3 Identificação de informantes: Não será permitida, no corpo do texto, a menção de nomes de pessoas entrevistadas, nome de famílias amostradas ou quaisquer formas que identifiquem os informantes/participantes que tenham participado da pesquisa como fonte de informações nem como colaboradores. Todos informantes devem ser identificados por códigos pré-estabelecidos na metodologia. A menção de agradecimentos a pessoas específicas ou grupos de pessoas deverá ser feita no final do documento como estabelecido no item específico.

5.4 Autorizações legais: quando cabível, deve ser mencionado na metodologia os números dos processos de autorizações legais necessárias à realização da pesquisa, tal qual, comitês de ética em pesquisa com seres humanos, acesso ao conhecimento tradicional e recursos da biodiversidade, autorizações para estudos em áreas indígenas ou unidades de conservação, entre outros.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS EM MANUSCRITOS.

Devem ser listadas em ordem alfabética, espaçamento simples, justificadas.

6.1. AUTORIA

• Autoria pessoal:

Devem ser referenciados todos autores, separados por ponto e vírgula. Para cada autor deve-se iniciar pelo último sobrenome, seguido das iniciais dos demais nomes.

No caso de sobrenomes compostos deve-se manter a conexão via hífen dos mesmos (DUQUE-ESTRADA, O.; ROQUETE-PINTO, E.).

No caso de sobrenomes que indicam parentesco, não deve-se utilizá-los no início, mas este deve acompanhar o sobrenome (CÂMARA JUNIOR, J. M.; SANTOS JUNIOR, L. E. do.).

No caso de sobrenomes que indicam substantivo + adjetivo deve-se proceder à mesma ação do item anterior (CASTELO BRANCO, C.; ESPÍRITO SANTO, H.)

• Autoria como editor (es), organizador (es), coordenador (res), compilador (es):

MOORE, W. (Ed.). **Construtivismo del movimiento educacional**: soluciones.

Córdoba: AR.: [s.n.], 1960.

FERREIRA, L. P. (Org). **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

MARCONDES, E.; LIMA, I. N. (Coord.) **Dietas em pediatria clínica**. 4. ed. São Paulo: Sarvier, 1993.

LUJAN, R. P. (Comp.) Um presente especial. Tradução de Sonia da Silva. 3. ed. São Paulo: Aquariana, 1993.

• Quando a autoria é de uma Instituição:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35 p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28 p.

• Quando a autoria apresenta indicação de tradutor:
GOMES, A.C.; VECHI, C.A. **Estática romântica**: textos doutrinários comentados. Tradução de Maria Antonia Simões Nunes; Duílio Colombini. São Paulo: Atlas, 1992. 186 p.

• Quando há indicação de série na obra:
PHILLIPI JUNIOR, A. et al. **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. 318 p. (Série textos básicos para a formação ambiental, 5).

6.2 MODELOS DE REFERÊNCIA

A. Monografias (compreende livros, guias, dicionário, trabalhos acadêmicos como teses, dissertações, Tcc's e memoriais)

• Livro: AUTORES. **Título (em negrito antes de subdivisão)**. n° ed. (edição descrita de forma abreviada). Cidade: Editora, ano. número total de páginas. [Se for o caso, adicionar autoria da tradução da obra.]

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2000. 112p.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2002. 399p.

SYMON, K.R. **Mecânica**. Rio de Janeiro: Campus, 1982. 685p.

• Livro em formato eletrônico: AUTORES, **título (em negrito antes de subdivisão)**, Cidade: Editora, ano. número total de páginas. [Se for o caso, adicionar autoria da tradução da obra]. Disponível em: < link do arquivo > Acesso em: data de acesso (dia mês [abreviado].ano).

HECK, L.A. **A borboleta azul**. Lajeado, RS: Univates Editora, 2006. 17p.
Disponível em:
eu000004.pdf> Acesso em: 11 abr. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no**

Brasil: reflexões e perspectivas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2005. 24p.

Disponível em:

tu000017.pdf> Acesso em: 10 abr. 2008.

• Dicionário e referências similares: AUTORES, título (em negrito antes de subdivisão), Cidade: Editora, ano. número total de páginas. Informações complementares sobre edição.

HOUAISS, Antonio (Ed.). **Novo dicionário Folha Webster's:** Inglês/português, português/inglês. Co-editor Ismaelo Cardim. São Paulo: Folha da Manhã, 1996. Edição exclusiva para assinantes da Folha de S. Paulo.

BRASIL: roteiros turísticos. São Paulo: Folha da Manhã, 1995. 319 p. il. (Roteiros turísticos Fiat). Inclui mapa rodoviário.

• Dicionários e referências similares em formato eletrônico: AUTORES, **título (em negrito antes de subdivisão)**, Cidade: Editora, ano. Disponível em: < link do arquivo > Acesso em: data de acesso (dia mês [abreviado].ano). ou versão do arquivo digital.

CÉLULA tronco. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9lula_tronco>. Acesso em: 03 fev. 2008.

KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98.** Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

B. Capítulo de livro

• Com autoria diferente do autor principal da obra: AUTOR(ES) do capítulo. Título. In: Autor (es) da obra (titulação da participação na obra como editores ou organizadores etc. de forma abreviada). **Título (em negrito até antes da subdivisão - quando for o caso)**. n° ed. (edição descrita de forma abreviada). Cidade: Editora, ano. p. n°-n°. (intervalo da paginação inicial até a paginação final).

ROMANO, G.. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org.). **História dos Jovens 2.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

• Capítulo de mesma autoria da obra: AUTOR(ES). **Título (em negrito até antes da subdivisão - quando for o caso)**. n° ed. (edição descrita de forma abreviada). Cidade: Editora, ano. [Informações complementares quando tiver.] p. n°-n°. (intervalo da paginação inicial até a paginação final).

RAMOS, M. E. M. **Tecnologia e novas formas de gestão em bibliotecas universitárias.** Ponta Grossa: UEPG, 1999. Serviços administrativos na Bicen da UEPG, p. 157-182.

• Capítulo sem título próprio de mesma autoria da obra: AUTOR(ES). Título (em negrito até antes da subdivisão - quando for o caso). Cidade: Editora, ano. [Informações complementares quando tiver.] cap. n°, p. n°-n°. (intervalo da paginação inicial até a paginação final).

ESDAILE, A. **A student manual bibliography.** 2.ed. London: Allen & Unwin, 1932. cap. 6A, p.178-196

Capítulo de livro em formato eletrônico: AUTOR(ES). **Título (em negrito antes de subdivisão)**. Ano. Disponível em: < link do arquivo > Acesso em: data de acesso (dia mês [abreviado].ano). ou versão do arquivo digital.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. São Paulo, 1999. **Entendendo o meio ambiente**, v. 1. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 1999.

ESTAÇÃO da Cia. Paulista com locomotiva elétrica e linhas de bitola larga. 1 fotografia, p%b. In: LOPES, Eduardo Luiz Veiga. **Memória fotográfica de Araraquara**. Araraquara: Prefeitura do Município de Araraquara, 1999. 1 CD-ROM.

STOCKDALE, René. **When's recess?** [2002]. 1 fotografia, color. Disponível em: . Acesso em: 13 jan. 2001.

C. Dissertação e Tese

• Dissertações e teses em formato papel: AUTOR. **Título (em negrito antes de subdivisão)**. Ano. n° [total de páginas] p. Tese ou Dissertação (Doutorado ou Mestrado em xxxxx) - Unidade da Instituição, Nome da Instituição, Cidade do campus, ano.

ALEXANDRE SOBRINHO, G. **O autor multiplicado**: em busca dos artifícios de Peter Greenaway. 2004. 194 p. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RAMME, F. L. P.. **Uma arquitetura cliente/servidor para apoiar a simulação de redes em ambiente de simulação orientada a eventos discretos**. 2004. 143 p. Dissertação (Mestrado em Comunicações)– Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

• Dissertações e teses em formato eletrônico: AUTOR. **Título (em negrito antes de subdivisão)**. Ano. n° [total de páginas] p. Tese ou Dissertação (Doutorado ou Mestrado em xxxxx) - Unidade da Instituição, Nome da Instituição, Cidade do campus, ano. Disponível em: < link do arquivo > Acesso em: data de acesso (dia mês [abreviado].ano).

RAMME, F. L. P.. **Uma arquitetura cliente/servidor para apoiar a simulação de redes em ambiente de simulação orientada a eventos discretos**. 2004. 143 p. Dissertação (Mestrado em Comunicações)– Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2007.

SMOLKA, A. L. B.. **A alfabetização como processo discursivo**. 1987. 190f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987. Disponível em: < <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000018024>> Acesso em: 15 jan. 2008.

D. Publicações seriadas (periódicos, revistas, jornais, publicações anuais, etc.)

• **Título do periódico**: Devem ser escritos por extenso e com realce em negrito.

- Artigo com autoria de pessoa física: Autor (es). Título. **Título do periódico**, v. n° (número do volume), n° x (número do periódico), p. xx-xx (intervalo da página inicial à página final), ano.

ALEXANDER, C.L.; EDWARD, N.; MACKIE, R.M. The role of human melanoma cell ICAM-1 expression on lymphokine activated killer cell-mediated lysis, and the effect of retinoic acid. **British Journal of Cancer**, v. 80, n. 10, p.1501-1505, 1999.

- Instituição como autora: NOME DA INSTITUIÇÃO (em letra maiúscula) - ABREVIACÃO. Informações adicionais sobre equipe autora da instituição. Título. **Título do periódico**, v. n° (número do volume), n. x (número do periódico), p. xx-xx (intervalo da página inicial à página final), ano.

INTERNATIONAL LEAGUE AGAINST EPILEPSY – ILAE. Commission on Antiepileptic Drugs. Considerations on designing clinical trials to evaluate the place of new antiepileptic drugs in the treatment of newly diagnosed and chronic patients with epilepsy. **Epilepsia**, v.39, n.7, p.799-803, 1998.

- Ausência de autor: Título (PRIMEIRA PALAVRA MAIÚSCULA). **Título do periódico**, v. n° (número do volume), n. x (número do periódico), p. xx-xx (intervalo da página inicial à página final), ano.

CARCINOMA of the lung. **Seminars in roentgenology**, New York, v.25, n.1, p.5-124, 1990.

E. EVENTOS (anais, proceedings, resumos e atas)

- Evento com anais ou Resumos dos trabalhos apresentados: Autor(es). Título. In: TÍTULO DO EVENTO, edição do evento. Ano, Cidade. **Nome do tipo de publicação gerada pelo evento...**Cidade editora: Instituição organizadora, ano. p. x-x (intervalo de páginas).

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

SILVA, A.R. et al. Infecção pelo Plasmodium berghei em camundongos albinos previamente infectados por Leishmania. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PARASITOLOGIA, 7., 1982, Porto Alegre. **Resumos dos trabalhos apresentados...**Porto Alegre: [s.n.], 1982. p.29.

- Evento com anais ou Resumos dos trabalhos apresentados em formato eletrônico: Autor(es). Título. In: TÍTULO DO EVENTO, edição do evento. Ano, Cidade. **Nome do tipo de publicação geradas pelo evento + eletrônico...**Cidade editora: Instituição organizadora, ano. p. x-x (intervalo de páginas). Disponível em: < link >. Acesso em: data de acesso (dia mês [abreviado].ano).

SILVA, R. N.; OLIVEIRA, R. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...**Recife: UFPE, 1996. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 1997.

SABROZA, P. C. Globalização e saúde: impactos nos perfis epidemiológicos das populações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 4., 1998, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998. Mesa-redonda. Disponível em: . Acesso em: 17 jan. 1999.

Ou utilização da versão do CD-ROM utilizado:

GUNCHO, M. R. A educação à distância e a biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD-ROM.

F. DOCUMENTO JURÍDICO (Leis, decretos, emenda constitucional, medida provisória, portarias, resoluções, etc.)

• Documentos na versão papel: NÍVEL DO PODER da AUTORIA DO DOCUMENTO (nível). Nome do documento nº xxx, de dia de mês de ano. Dispõe/Estabelece (descrever). **Tipo de coleção (em negrito até antes da subdivisão)**, Cidade, v. x (volume do documento), n.xx (número da publicação), p. xx-xx (intervalo de páginas), ano.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. seção 1, p. 29514.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. **Lex**: legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

• Documentos jurídicos em formato eletrônico: NÍVEL DO PODER da AUTORIA DO DOCUMENTO (nível). Nome do documento nº xxx, de dia de mês de ano. Dispõe/Estabelece (descrever). **Tipo de coleção (em negrito até antes da subdivisão)**, Cidade, v. x (volume do documento), n.xx (número da publicação), p. xx-xx (intervalo de páginas), ano. [Tipo de acesso eletrônico - acesso a CD-ROM] CD-ROM ou [Link] Disponível em: < link >. Acesso em: data de acesso (dia mês [abreviado].ano).

LEGISLAÇÃO brasileira: normas jurídicas federais, bibliografia brasileira de Direito. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. 1 CD-ROM. Inclui resumos padronizados das normas jurídicas editadas entre janeiro de 1946 e agosto de 1999, assim como textos integrais de diversas normas.

BRASIL. Regulamento dos benefícios da previdência social. In: **SISLEX**: Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres da Previdência e Assistência Social. [S.I.]:

DATAPREV, 1999. 1 CD-ROM.

BRASIL. Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: . Acesso em: 22 dez. 1999.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº14**. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão de idade, inscrição em concursos para cargo público. Disponível em: . Acesso em: 29 nov. 1998.

G. Outros

• Programas de Softwares:

CIVITAS. Coordenação de Simão Pedro P. Marinho. Desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1995-1998. Apresenta textos sobre urbanismo e desenvolvimento de cidades. Disponível em: . Acesso em: 27 nov. 1998.

NOU-Rau: software livre. Versão beta 2. Campinas: UNICAMP, 2002. Disponível em: . Acesso em: 05 dez. 2002.

7 Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista. La contribución es original y inédita, y no está siendo evaluada para su publicación por otra revista
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word (.doc ou .docx), Rich Text Format (.RTF) ou OpenOffice.org 1.0 Text Document (.sxw ou .odt) Los archivos de presentación están en formato Microsoft Word (.doc o .docx), Rich Text Format (.RTF) ou OpenOffice.org 1.0 Text Document (.sxw ou .odt)
3. Todos os endereços "URL" no texto estão ativos. Todos los enderesos están activos. All site addresses are active
4. As submissões estão de acordo com todas as regras estabelecidas nas diretrizes aos autores.

[Baixe aqui](#) as diretrizes em PDF.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista. La contribución es original y inédita, y no está siendo evaluada para su publicación por otra revista
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word (.doc), Rich Text Format (.RTF) ou OpenOffice.org 1.0 Text Document (.sxw ou .odt) Los archivos de presentación están en formato Microsoft Word (.doc), Rich Text Format (.RTF) ou OpenOffice.org 1.0 Text Document (.sxw ou .odt)
3. Todos os endereços "URL" no texto estão ativos. Todos los enderesos están activos All site addresses are active
4. As submissões estão de acordo com todas as regras estabelecidas nas diretrizes aos autores.